



É RETA FINAL

AGENTE DE TRÂNSITO PETROLINA-PE



DIREITO PENAL

com

Emmanoel Thadeu

1. Um homem que adquiriu legalmente uma pistola e que tem porte de arma deferido pela Polícia Federal pretendia matar uma pessoa. Aguardava seu alvo em local que julgou propício para os disparos, quando decidiu escolher outra oportunidade, em razão da grande quantidade de pessoas que ali circulavam na ocasião.

Essa conduta configura

A) arrependimento posterior.

B) crime tentado.

- C) desistência voluntária.
- D) arrependimento eficaz.
- E) ato preparatório impunível.

2.O feminicídio é forma qualificada de homicídio. A pena deve ser objeto de acréscimo de 2/3 quando a vítima é menor de 14 (catorze) anos

- A)** em menosprezo ou discriminação à condição de mulher.
- B)** se cometido mediante tortura.
- C)** por não aceitar o rompimento de relação amorosa.
- D)** se cometido por empregador.

3.O crime de furto é considerado consumado quando

- A)** existe a transferência da posse do bem furtado, e essa posse é mansa e pacífica por tempo suficiente a permitir que seja significativo.
- B)** a transferência da posse do bem furtado se dá por tempo suficiente a não caracterizar o flagrante.
- C)** existe a transferência da posse do bem furtado, da vítima para o agente.
- D)** o agente pode dispor do bem furtado sem risco de flagrância.

DIREITO PENAL



4. Gabriel, lutador profissional de boxe na categoria peso pesado, assistia a um jogo de futebol em um bar. Em determinado momento, inconformado com a derrota de seu time, desferiu um soco na cabeça de uma mulher que estava ao seu lado e que também lamentava o resultado negativo, causando-lhe a morte.

Nessa situação hipotética, conforme a jurisprudência dos tribunais superiores,

A) caracterizado o dolo eventual, Gabriel deverá responder por homicídio qualificado por motivo torpe.

DE DIREITO PENAL



- B)** Gabriel deverá responder por homicídio simples, sendo afastada a qualificadora relacionada ao motivo fútil, pela sua incompatibilidade com o dolo eventual.

- C)** caracterizada a violenta emoção, Gabriel deverá responder por homicídio privilegiado.

- D)** por se tratar de vítima do sexo feminino, Gabriel deverá responder por feminicídio.

- E)** caracterizado o dolo eventual, Gabriel deverá responder por homicídio qualificado por motivo fútil.

5. João, logo após ter sido provocado injustamente por Francisco, sob o domínio de violenta emoção, desferiu golpes de faca contra o peito de Francisco, que faleceu em razão desse ato. Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que João

- A)** responderá por homicídio consumado na modalidade simples.
- B)** responderá por homicídio privilegiado.

- C)** responderá por homicídio consumado por motivo fútil.
- D)** não responderá por crime, uma vez que agiu em legítima defesa.
- E)** responderá por homicídio consumado por motivo torpe.

6. Plínio, pacato morador do Município de Dourados-MS, estava em uma balada na cidade de Ponta Porã-MS a quando foi agredido injustamente por um conhecido lutador de artes marciais, chamado Talles. Imediatamente, Plínio, visando revidar as agressões perpetradas por Talles, apoderou-se de um pedaço de madeira, que estava jogado próximo a sua mesa, e agrediu Talles, visando a repelir as agressões que estava sofrendo.

Com base no texto acima apresentado, é correto afirmar:

- A)** Plínio praticou o crime em estado de necessidade, causa de exclusão da ilicitude.

- B)** Plínio praticou o crime em exercício regular de direito, causa de exclusão da culpabilidade.

C) Plínio praticou o crime em legítima defesa, causa de exclusão da culpabilidade.

D) Plínio praticou o crime em legítima defesa, causa de exclusão da ilicitude.

7. Acerca dos crimes contra a Administração Pública, conforme dispõe o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), assinale a alternativa correta.

A) A pena de reclusão, cominada para o crime Corrupção Passiva é aumentada de um sexto, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional

B) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, somente quem, ainda que transitoriamente, exerce cargo, emprego ou função pública mediante remuneração

C) A pena prevista para o crime de Tráfico de Influência é de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa, aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário

D) Na figura culposa do crime de Peculato, a reparação do dano, a qualquer tempo, reduz a pena imposta pela metade.

8.O funcionário público que solicita, para si, diretamente, vantagem indevida, em razão de sua função, comete o crime de:

A)Concussão.

B)Prevaricação.

c)Corrupção Ativa.

D)Corrupção Passiva.

9. Dois indivíduos invadem uma residência e, portando ostensivamente fuzis, anunciam o assalto exigindo que os moradores entreguem todas as joias e dinheiro de que dispõem. Uma das vítimas entrega os bens, enquanto outra reage, sendo atingida por disparo na cabeça, vindo a falecer instantaneamente. Diante dos pedidos de socorro, os assaltantes saem sem nada levar, sendo certo, contudo, que, assim que saíam da casa, encontraram o vizinho que já os conhecia desde a infância, ocasião em que um dos assaltantes atirou, sem sucesso, evadindo-se do local. Diante desses fatos, assinale a alternativa **INCORRETA**.

A) Não há que se falar em participação de menor importância, porque a forma como agiram indica o liame psicológico e que todos assumiram o risco dos resultados.

DIREITO PENAL

- B)** Ambos devem responder pelo crime de latrocínio tentado e homicídio qualificado para garantir a impunidade do crime anterior na forma tentada.
- C)** As penas do crime de latrocínio não podem ser aumentadas na terceira fase da dosimetria pelo emprego de arma e concurso de pessoas.
- D)** Ambos terão que cumprir pelo menos metade da pena em regime inicial fechado.

ISOLADA DE DIREITO PENAL



C) - O STJ vem entendendo que as majorantes aplicam-se apenas ao roubo simples. O latrocínio, espécie de roubo qualificado, prevista no inciso II, do § 3º, do artigo 157, do Código Penal, já abarca um sancionamento suficiente, não comportando as majorantes aplicáveis ao roubo simples contidas no incisos do § 2º do referido dispositivo.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



10. De acordo com a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção estabelece pena, exceto se o crime for culposo, de:

A) retenção imediata de cinco anos ou pagamento de multa

B) recomendação feita pelo juiz, para o pagamento de cestas básicas

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

C) reclusão, de um a cinco anos, multa ou pagamento de cesta básica

D) detenção de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

11. É crime previsto no ECA

- A)** entregar, gratuitamente, bebida alcoólica a criança ou adolescente.
- B)** conduzir, sem prévia autorização judicial, criança ou adolescente para visitação do pai preso em estabelecimento prisional.
- C)** entregar a criança fogos de estampido ou de artifício, ainda que incapazes de provocar-lhe dano físico.
- D)** Levar criança a culto religioso promovido em logradouros públicos.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



12.No que diz respeito à Lei n° 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), assinale a opção correta, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

A) A circunstância de a residência ser de propriedade comum do casal não afasta o cabimento da medida de afastamento do lar, resguardado ao agressor apenas o direito ao arbitramento de aluguel proporcional à fração ideal do imóvel.

B) As disposições penais dessa lei são inaplicáveis às mulheres transgênero, por força da vedação à analogia *in malam partem*.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



- C)** A decisão proferida em processo penal que fixa alimentos provisórios em razão da prática de violência doméstica constitui título executivo judicial e autoriza a decretação de prisão civil.

- D)** Essa lei é inaplicável ao ato de violência praticado pelo neto contra a avó se neto e avó não coabitam.

- E)** É necessária a demonstração específica da subjugação feminina para que seja aplicado o sistema protetivo da Lei Maria da Penha.



É RETA FINAL

AGENTE DE TRÂNSITO PETROLINA-PE

SEMANA DA
ULTRA
PIS
SEM



DIREITO PENAL

com

Emmanoel Thadeu